



CADERNO DE ENCARGOS

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE “REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CASA DA CULTURA DO ESPINHAL – PENELA”

AJUSTE DIRETO



PARTE I | CLAUSULAS JURIDICAS

CLÁUSULA 1ª | OBJETO

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objetivo a aquisição de serviços para elaboração do projeto de “REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CASA DA CULTURA DO ESPINHAL – PENELA”, sendo este um procedimento por Ajuste Direto ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do art. 20.º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, com convite a uma entidade, conforme previsto no art.º 112.º do referido diploma.

3 – Na execução do projeto, o prestador de serviços deverá ter em conta que os projetos deverão cumprir as instruções de elaboração de projetos de obras públicas, aprovadas pela Portaria n.º 255/2023, de 28 de agosto, bem como, deverão contemplar os elementos de solução de obra, para cumprimento do artigo 43.º do CCP e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares relativas a cada especialidade.

CLAUSULA 2ª | CONTRATO

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2

2 – O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:

- a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c. O presente caderno de encargos;
- d. A proposta adjudicada;
- e. Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem nele enunciada.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo prestador de serviços, de acordo com o CCP.





CLÁUSULA 3ª | PRAZO DE EXECUÇÃO

1 – Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua outorga e vigora por um período de **30 (trinta) dias**.

CLÁUSULA 4ª | PREÇO BASE

1 – O preço base é o preço máximo que o Município de Penela se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar e, corresponde ao valor de **19.440,00€** (dezanove mil quatrocentos e quarenta euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução do contrato, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

CLÁUSULA 5ª | PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1 – O serviço, objeto do contrato, compreende o projeto de execução completo, ou seja, peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria nº 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários, nas seguintes especialidades:

- a) Arquitetura;
- b) AVAC;
- c) Certificação energética ex ante;
- d) Eletrotecnia;
- e) Segurança contra incêndios;
- f) Estruturas;
- g) Águas e esgotos;
- h) Acústica.

2 – O projeto de execução será submetido à apreciação e aprovação do Município de Penela e das entidades que se entenderem necessárias, em função de cada um dos projetos específicos.

3 – A prestação de serviços inclui a preparação de toda a documentação que servirá de base ao



procedimento de contratação da empreitada, com vista à concretização material do projeto, designadamente o esclarecimento de dúvidas de interpretação do projeto e das suas peças, apreciação de erros e omissões e a prestação de informações ou esclarecimentos a concorrentes e a apreciação das respetivas propostas.

4 - A prestação de serviços compreende, ainda, a assistência técnica da obra, em toda a extensão necessária para assegurar a boa execução dos trabalhos projetados, conforme disposto no artigo 9º, da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.

5 – A prestação de serviços compreende também a atualização de telas finais.

CLÁUSULA 6ª | OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Projeto de Execução;
- b) Assistência Técnica.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução da tarefa a seu cargo.

3 – O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, as constantes de instrumentos de gestão territorial, bem como toda a demais legislação aplicável, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento dos projetos junto das entidades que o exijam.

4 – Compete ao prestador de serviços requerer, junto das entidades externas competentes, a emissão de pareceres favoráveis relacionados com a certificação e licenciamento dos projetos.

5 – Os encargos financeiros com os pedidos de pareceres mencionados no n.º 4 desta cláusula, serão da responsabilidade do Município de Penela.

6 – Considerando as prestações objeto do presente contrato, tem o adjudicatário de demonstrar o cumprimento do previsto no artigo 419.º-A do CCP:



- a) Os trabalhadores afetos a contratos de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos e de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou superior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
- b) Os trabalhadores afetos a contratos de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos e de aquisição de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do contrato objeto do presente procedimento;
- c) O disposto na alínea a) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
- d) O disposto nas alíneas a) e b) não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato objeto do presente procedimento.

CLAUSULA 7ª | FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Penela, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita, pelo prestador de serviços, sendo anexada a agenda prévia da respetiva reunião.

3 – Todos os relatórios, registos, comunicações, ata e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

4 – Na fase de realização da obra e no âmbito da assistência técnica, o coordenador da equipa projetista e, quando se justifique os projetistas das especialidades, participarão nas reuniões semanais de obra, assim como no apoio na aprovação de materiais, resposta a pedidos de esclarecimento, aprovação de erros e omissões de trabalhos a mais e todas as atividades que exijam pareceres técnicos da parte do dono da obra.

CLAUSULA 8ª | DIREITO DE AUTOR

1 - É garantida a salvaguarda do direito de autor e a divulgação, da autoria do prestador de serviços, sobre



os estudos e relatórios produzidos no âmbito do contrato de prestação de serviços a outorgar, nos termos da legislação em vigor.

2 - O prestador de serviços garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente caderno de encargos e do contrato de prestação de serviços, não violam direitos de autor de terceiros, nem qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

CLAUSULA 9ª | OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato. 6

3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo prestador de serviços ou o que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes. 6

4 – O prestador de serviços responde perante a entidade adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no nº 1 da presente clausula.

CLAUSULA 10ª | GESTÃO DO CONTRATO

A entidade adjudicante designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a entidade adjudicante e o prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.

CLAUSULA 11ª | RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1 – O Município de Penela, enquanto entidade pública adquirente do serviço, deverá assumir todas as suas responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18º, da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015, de 1 de julho e alterada e republicada pela lei nº 25/2018, de 14 de junho.





2 – O Município de Penela, enquanto entidade publica adquirente do serviço, deverá assumir as suas obrigações de acordo com o artigo 17º, do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, com exceção da elaboração do plano de segurança e saúde em fase de projeto, cuja responsabilidade é atribuída ao prestador de serviços.

CLAUSULA 12ª | PREÇO CONTRATUAL

1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve proceder ao pagamento pontual ao prestador de serviços do preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – Ao pagamento a que se refere o nº 1 supra proceder-se-á nos seguintes termos:

- a) Com a entrega do projeto de execução – 90% do preço contratual;
- b) Com a Assistência Técnica, a importância correspondente a 10% (dez por cento), do preço contratual, pagos de forma fracionada em parcelas trimestrais iguais entre si, de valor calculado de acordo com a calendarização aprovada para o efeito.

3 – As repetições dos projetos reprovados pelo contraente publico e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentem erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão remunerados, correndo por conta do prestador de serviços todos os trabalhos e encargos inerentes à sua realização.

7

CLAUSULA 13ª | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 – A(s) quantia(s) devidas pela entidade adjudicante, nos termos da clausula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, podendo haver recurso a uma comissão arbitral a constituir no caso em que não seja possível chegar a acordo.





CLAUSULA 14ª | PENALIDADES CONTRATUAIS

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, calculada diariamente, até:
 - Um por mil, nos primeiros 15 (quinze) dias;
 - Dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
 - Três por mil, a partir do trigésimo primeiro dia e até ao quadragésimo quinto dia;
 - Quatro mil, a partir do quadragésimo sexto dia e até ao nonagésimo dia.
- b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;
- c) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 – Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 308º do CCP e, atento o preceituado na alínea c), do nº 2, do artigo 307 do CCP, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência previa, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

4 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente clausula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente clausula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano existente.

CLAUSULA 15ª | FORÇA MAIOR

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização contratual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de



força maior, entende-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma, resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondentemente ao impedimento resultante da força maior.

CLAUSULA 16ª | RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:



- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a 45 (quarenta e cinco) dias ou perante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respectivo excederá esse prazo;
- b) Pela verificação de graves erros, negligencia ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações realizadas.

CLAUSULA 17ª | RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1 – O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

2 – A resolução do contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do CCP.

CLAUSULA 18ª | SEGUROS

1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos riscos de danos patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligencia por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.

2 – O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, de acordo com o exposto no seu artigo 24º e, demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.

3 – A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias (cinco) dias uteis.

CLAUSULA 19ª | ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1 – Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 – A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que se pretende ver introduzida a



alteração.

3 – O contrato pode ser alterado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse publico;

4 – A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

CLAUSULA 20ª | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização expressa e prestada por escrito da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLAUSULA 21ª | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Toda e qualquer informação a transmitir ao prestador de serviços deverá ser endereçada por escrito.

3 – Caso se verifique a necessidade de um entendimento verbal de carater urgente, deve o mesmo ser ratificado, por escrito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

4 - Qualquer alteração dos contactos constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA 22ª | CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471º do CCP.



CLAUSULA 23ª | LEGISLAÇÃO APLICAVEL

1 – A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, na redação atual com as alterações introduzidas pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio e, subsidiariamente, a demais legislações aplicáveis.

2 – O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





PARTE II | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLAUSULAS CONTRATUAIS COMPLEMENTARES (TÉCNICAS)

CLAUSULA 24ª | ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção, a que se reporta a presente prestação de serviços, diz respeito ao Edifício da Casa da Cultura do Espinhal, tendo em vista a implementação de medidas de valorização deste equipamento coletivo, bem como assegurar o aumento da eficiência energética, com um prazo de vida útil de pelo menos 5 anos e, da resistência às alterações climáticas, de acordo com o previsto no Aviso CENTRO2023-2024-12 do Programa Operacional Regional do Centro 2030.

Será garantido o respeito à «prioridade à eficiência energética» e da conformidade do nível de emissões de gases com o efeito de estufa inerentes ao projeto, com o objetivo de neutralidade climática em 2050, devendo ser alcançada, em média, pelo menos uma renovação de grau médio, ou uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante.

CLAUSULA 25ª | ELEMENTOS FORNECIDOS PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

13

A entidade adjudicante proporcionará, sempre que possível, o apoio ao prestador de serviços, promovendo as diligências (pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do projeto, entre outras) que lhe sejam solicitadas pelo mesmo, no mais curto prazo possível, mas nunca superior a 5 (cinco) dias, sob pena de se suspender qualquer prazo em curso para o prestador de serviços, o qual apenas voltará a contar no dia seguinte ao da comprovação da efetivação da diligência em causa.

CLAUSULA 26ª | ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – É da inteira responsabilidade do prestador de serviços a elaboração de todos os documentos que constituem o projeto de execução de refuncionalização do Edifício da Casa da Cultura do Espinhal.

2 – Os projetos, elementos e estudos a desenvolver e serviços a prestar compreenderão, no mínimo, sem prejuízo de outros julgados pertinentes pelo prestador de serviços, consoante a solução desenvolvida:

a) Projeto de execução:





- Todas as peças escritas e desenhadas necessárias à perfeita compreensão dos trabalhos a executar;
- Mapa de medições detalhadas;
- Mapa de quantidades;
- Estimativa orçamental da obra;
- Plano de Segurança e Saúde;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição.

b) Assistência técnica.

3 – Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/ projetos a fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos fornecimentos definidos no objeto deste procedimento.

4 – No caso de existir a necessidade de obtenção de parecer favorável por parte de alguma entidade externa, o prestador de serviços tem ainda a responsabilidade de elaborar todos os elementos e estudos necessários para o efeito e diligenciar no sentido da sua obtenção, e expensas da entidade adjudicante.

5 – O projeto, em todas as suas especialidades, poderá ser apresentado em suporte informático tradicional e sempre de acordo com a Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.

14

CLAUSULA 27ª | PROJETO DE EXECUÇÃO

1 – A elaboração do projeto de execução será conforme as disposições constantes da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto e, compreende o fornecimento dos elementos referidos no nº 2, da clausula 26ª, da Parte II.

2 – Dos projetos a realizar, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo prestador de serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos que substanciam o projeto de execução, conforme estabelecido na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.

3 – Todos os projetos deverão ser instruídos com termos de responsabilidade, seguros, medições e orçamentos, cadernos de encargos e respetivas especificações técnicas. Deverá, ainda, ser apresentado um mapa de medições e um orçamento global da obra.

4 – O prestador de serviços deverá assumir a responsabilidade pelas várias medições dos projetos, nas





componentes de arquitetura e especialidades.

5 – Os elementos referentes ao “Projeto de Execução” deverão contemplar os elementos de solução da obra a integrar o caderno de encargos do procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, de acordo com o estabelecido no artigo 43º do CCP, devendo o prestador de serviços respeitar, na elaboração das várias peças, o disposto sob a epígrafe “Especificações Técnicas”, no artigo 49º do mesmo diploma legal.

6 – Para validação da Câmara Municipal, tem de ser entregue exemplar em formato digital, em PEN Drive USB, contendo a totalidade do trabalho em formato digital PDF, com assinatura aposta e dwf assinado digitalmente.

7 – Após validação final da Câmara Municipal, têm de ser entregues dois exemplares completos em suporte papel e exemplar em formato digital em PEN Drive USB, contendo a totalidade do trabalho em formato digital PDF, com assinatura digital aposta e dwf assinado digitalmente, bem como a totalidade do trabalho em formatos editáveis (*.dwg; *.xls; *.doc).

CLAUSULA 28ª | PROGRAMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROJETO

1 – Os serviços, objeto do contrato, compreendem a coordenação dos diversos projetos relativos ao Projeto de Execução, conforme as disposições constantes da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.

2 – A coordenação de projeto deverá ser assumida pelo autor do projeto de arquitetura, tal como definido na Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação e na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.

3 – A coordenação das atividades dos intervenientes no projeto tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução da obra, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade, bem como a relação com a entidade adjudicante ou seu representante.

4 – A programação do projeto visa o escalonamento das suas diferentes fases e das atividades de cada interveniente, de modo a ser dado cumprimento ao contrato.

5 – O coordenador do projeto deve compatibilizar a sua ação com a do coordenador de segurança e saúde em fase de projeto, quando este existir.

